



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274541-7 – Recife/PE

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Flavio de Queiroz b. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravado: Mercosul Aliança S/A. e outro

Advogado: Edênio da Silva Dias OABPE 6862.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, CUMULADA COM PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER, VISANDO AFASTAR A COBRANÇA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA POR TERCEIRO, E OBTER O FORNECIMENTO DO SERVIÇO INDEPENDENTEMENTE DO PAGAMENTO DESSA FATURA. CONCESSÃO DA LIMINAR. AGRAVO DO INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. LEGITIMIDADE DA TRANSFERÊNCIA DO DÉBITO EM DECORRÊNCIA DA SUCESSÃO EMPRESARIAL E LEGITIMIDADE DA COBRANÇA E DOS ATOS CONSTRITIVOS. INDEFERIMENTO DA SUSPENSIVIDADE VINDICADA. MÉRITO. PROVA DA COMUNICAÇÃO DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL À CONCESSIONÁRIA, PARA FINS DE REGISTRO E EMISSÃO DE FATURAS DE CONSUMO RELATIVAS AO CONSUMIDOR EFETIVO. ILEGITIMIDADE DA TRANSFERÊNCIA DO DÉBITO EM RAZÃO DA NATUREZA PESSOAL DA OBRIGAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

DECISÃO: "À unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator".

Sessão realizada em 18 de junho de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274541-7**, em que figura como agravante a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, e, como agravadas, a Mercosul Aliança S/A. e outro, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e do termo de julgamento anexos, que integram o presente aresto.

Recife, 02 de julho de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR

120
APB



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274541-7 – Recife/PE

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Flavio de Queiroz b. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravado: Mercosul Aliança S/A. e outro

Advogado: Adênio da Silva Dias OABPE 6862.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso agravo de instrumento em face de decisão que antecipou os efeitos da tutela requerida na ação declaratória de inexistência de relação jurídica de origem (Nº 0027641-92.8.17.0001), determinando que a concessionária do serviço de energia elétrica agravante se abstenha de exigir, das autoras ora agravadas, pagamento de débito decorrente de contrato firmado com terceiro, e que promova as ligações requeridas no imóvel referido na decisão, sob pena de multa horária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Nas razões de fls. 03/12 a agravante aduz, em síntese, a existência de débito relativo ao contrato de demanda fixa contratada (60MW) nº 0895749052, firmado entre ela e a sociedade empresária CCConte Contabilidade Consultoria Empresarial Ltda.; que as sociedades empresárias agravadas desenvolvem a mesma atividade da devedora, devendo ser consideradas sucessoras empresariais desta, e, portanto, responsáveis pelo débito supra, e que é lícito condicionar o fornecimento de energia à quitação de débitos nos termos da legislação de regência (Lei nº 8.987/95 e Resolução nº 414/2010 da ANEEL).

Sustenta, ainda, a legitimidade da cobrança do débito decorrente da rescisão antecipada do contrato na espécie; que não estão presentes os requisitos legais que autorizam a concessão da liminar fustigada, e que a decisão agravada é passível de lhe causar lesão grave e de difícil reparação.

Pugna pela atribuição de efeito excepcional ao recurso visando a suspensão da decisão agravada, e, no mérito, pelo provimento

do agravo para a reforma definitiva dessa decisão, acostando os documentos de fls. 13/101.

Na decisão interlocutória de fls. 110/111 indeferi o pedido de suspensão da decisão agravada até o julgamento definitivo deste recurso, e solicitei as informações pertinentes ao juízo natural da causa.

Autos conclusos.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta de julgamento.
Recife, 03 de junho de 2014.


Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

123
M

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 274541-7 – Recife/PE

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Flavio de Queiroz b. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravado: Mercosul Aliança S/A. e outro

Advogado: Adênio da Silva Dias OABPE 6862.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Conforme assentei na decisão interlocutória de fls. 110/111, na qual indeferi o pedido liminar, consta dos autos que as sociedades empresárias MERCOSUL Aliança S/A. e Arouca Empreendimentos Ltda. ora agravadas, na qualidade de proprietárias do imóvel não residencial (galpão) ao qual vinculado o débito de consumo de energia, firmaram contrato de locação do galpão com a CCConte Contabilidade Consultoria Empresarial Ltda., com vigência de 01/10/2007 a 01/10/2011, avença essa que foi levada ao conhecimento da concessionária de energia elétrica agravante para fins de registro e emissão das faturas de consumo em nome da locatária, conforme se depreende dos documentos de fls. 64, 65/68 e 70.

Objetivando melhoria de rentabilidade do imóvel por meio de desmembramento ou divisão do mesmo em unidades condominiais autônomas, as proprietárias contrataram empresa especializada em projetos de instalações elétricas (INSTAL LTDA.) com o fito de, após o término do citado contrato locatício, aviar as alterações necessárias e regularizá-las perante a CELPE, tendo a empresa especializada mantido diversos contatos por meio eletrônico (emails) com a concessionária agravante, para a consecução desse mister (fls. 71/81).

Ambas as sociedades empresárias locadoras têm por objeto social o comércio atacadista de material de papelaria, escritório, informática, mobiliário etc., conforme os respectivos estatutos (fls. 41/53 e 54/62), de modo que não se pode assentar, nesta sede recursal de produção probatória restrita, ter havido sucessão empresarial como pretende fazer crer a CELPE para lastrear a transferência do débito, seja em razão da discrepância de objeto social das sociedades empresárias locadoras e locatária, seja pelo fato de que o débito que se pretende transferir às agravadas constitui obrigação pessoal (e não propter rem)

124
M

como bem salientou o juízo de origem, que, a princípio, não seria transferível às proprietárias do imóvel, principalmente pela circunstância de a concessionária de energia haver sido informada da locação do imóvel, para fim de registro e emissão das faturas de consumo em nome da locatária e efetiva consumidora do insumo.

Com estas considerações, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR